

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019**

(Do Sr. TÚLIO GADÊLHA)

Susta a Portaria nº 972, de 21 de agosto de 2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que revoga portarias de criação de colegiados e de aprovação dos respectivos regimentos no âmbito do extinto Ministério do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a Portaria nº 972, de 21 de agosto de 2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que revoga portarias de criação de colegiados e de aprovação dos respectivos regimentos no âmbito do extinto Ministério do Trabalho.

Art 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Portaria nº 972, de 21 de agosto de 2019, foi editada pelo Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, visando a revogação de portarias de criação de colegiados e de aprovação dos respectivos regimentos do extinto Ministério do Trabalho. Ao todo foram revogadas 75 portarias, extinguindo conselhos e comissões de participação e controle social.

Entre as portarias extintas, estão:

- Portaria MTb nº 11, de 8 de janeiro de 1998, criada para instituir a Comissão Tripartite integrada por representantes do Governo, dos Empregadores e dos Trabalhadores, para efetuar a análise da Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores nº 174, e da Recomendação sobre

a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores nº 181, adotadas pela 80ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em 22 de junho de 1993, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

- Portaria MTE nº 952, de 8 de julho de 2003, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI).

- Portaria SIT nº 508, de 30 de setembro de 2015 - Grupo de Trabalho sobre a Instrução Normativa – GT IN nº 91, de 2011 (Trabalho Escravo).

- Portaria SIT nº 536, de 12 de maio de 2016 – Prazo GT IN nº 91, de 2011 (Trabalho Escravo).

- Portaria SIT nº 552, de 6 de julho de 2016 - Prazo GT IN nº 91, de 2011 (Trabalho Escravo).

- Portaria SIT nº 556, de 27 de julho de 2016 – Grupo de Trabalho sobre Inspeções referentes ao Trabalho Escravo (Brasil/Peru).

- Portaria MTB nº 753, de 31 de maio de 2017 – Designa os representantes para compor o Conselho Nacional do Trabalho (CNT).

Em suma, foram extintas comissões criadas a partir de acordos internacionais previstos na OIT, além de importantes mecanismos de combate ao trabalho escravo e infantil, assim como instrumentos que pretendem assegurar a proteção ao trabalho, extrapolando assim o poder regulamentar concedido ao Poder Executivo, além de violar o princípio constitucional da dignidade humana.

Por todo o exposto, tendo em vista o interesse público e em respeito ao princípio da proibição de retrocesso social, basilar do Estado Democrático de Direito, contamos com o apoio de nossos Pares para sustar, de imediato, os efeitos da Portaria nº 972, de 2019, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado TÚLIO GADÊLHA